

Nome: Bruno Travassos; Dina Miragaia  
Email: Bfirt@ubi.pt

Contributo:

A dinâmica mundial é actualmente marcada por um ritmo alucinante de evoluções que têm alterado profundamente as sociedades a diferentes níveis, nomeadamente: social, cultural, económico, político.

Perante tal conjuntura, não é possível acompanhar e contribuir para essa evolução utilizando referências, nomeadamente de conhecimento, que foram úteis no passado. Novos desafios se levantam, e para tal é necessário que se estructurem processos que sejam coerentes com esta nova dinâmica.

Esta problemática também se faz sentir ao nível do Desporto.

Neste sentido, pensar na evolução do desporto de forma estratégica e sustentável passa por: (1) considerar que este não é um factor independente das realidades sociais, culturais, económicas, políticas, onde se integra; e que (2) o debate e estruturação das suas diferentes vertentes, nomeadamente as que estão a ser debatidas neste congresso, não se façam de forma fragmentada, centrados no pormenor ou nas pequenas partes que o constituem, sem ter em conta o todo, pois desta forma poderá reduzir sem integrar, perdendo todo o seu sentido estratégico.

Considerar estes dois factores é essencial, uma vez tratar-se de um meio com grande importância para o Homem e sociedades em geral, pois é claramente reconhecido o seu valor em áreas tão fundamentais como a saúde, a educação, o lazer, a economia, entre outros.

Assim, e concretamente ao nível da estruturação de uma política de financiamento do desporto é fundamental assegurar-se a concordância com o que foi atrás referenciado, para que exista uma prossecução sustentável deste processo de estruturação e operacionalização do desporto nacional.

Quando falamos de políticas de financiamento do sistema desportivo deveremos ter em consideração onde estamos e para onde queremos ir. Sem nos questionarmos sobre qual o papel do desporto na sociedade, quais as políticas orientadoras do sistema desportivo, quais os agentes fundamentais na operacionalização destas políticas tendo em conta os novos mercados do desporto, as necessidades das populações e suas tendências evolutivas, não poderemos definir um processo coerente que responda realmente às necessidades de um desporto adaptado ao contexto onde se insere.

Concretizando:

Segundo o programa do actual Governo, um dos seus objectivos na área do desporto passa por:

"Mais e melhor desporto para mais cidadãos significará aumentar os índices de prática desportiva, formar na escola e desenvolver no movimento associativo, garantindo igualdade de acesso às actividades desportivas sem discriminações sociais, físicas ou de sexo"

No entanto, acedendo à página da Internet do IDP, e ao consultarem-se os link's "Desporto para Todos" e "Desporto Federado", verifica-se existir uma clara distinção entre as intencionalidades reflectidas em cada um deles. Enquanto o primeiro caso remete para a descrição de alguns programas de promoção de prática desportiva e para alguns esclarecimentos de dúvidas

frequentes acerca de diferentes questões, o segundo reflecte claramente uma preocupação com o financiamento, os programas de apoio financeiro, os contratos-programa, etc.

Contudo, estas referências colocam algumas questões que julgamos serem pertinentes debater:

(1) Quais são as prioridades para a prática do desporto em Portugal: competição ou lazer?

(2) Será que o desporto federado da forma como está estruturado, permite a "igualdade de acesso às actividades desportivas sem discriminações..."? (De ressaltar que nada temos contra o desporto federado, apenas se procura enfatizar a necessidade de equilíbrio e afectação de recursos na dialéctica entre políticas de financiamento e objectivos a alcançar)

(3) Que financiamentos são hoje proporcionados pelo estado ou autarquias no sentido de "...aumentar os índices de prática desportiva"?

(4) Será que os clubes (de forma genérica) não deverão adaptar-se às novas regras de mercado e procurar a comercialização de novos produtos de forma a gerarem receitas próprias, indo da mesma forma ao encontro das necessidades das populações e dos seus associados, promovendo estilos de vida saudáveis através de actividades de desporto lazer/turismo/saúde?

(5) Como é que os clubes se adaptarão a estas novas realidades, se continuam, na sua generalidade, a viver da dependência do subsídio para as actividades federadas, e sem uma estratégia de mercado reflectida em estratégias a médio/longo prazo?

(6) Será que os incentivos deverão ser distribuídos fundamentalmente através de federações, privilegiando o desporto federado e não promovendo outros mercados de desporto emergentes na sociedade?

(7) Qual o papel das autarquias neste processo de desenvolvimento e financiamento desportivo? Não serão estas as entidades que deverão definir caminhos e traçar lógicas de actuação dos clubes/associações da sua área geográfica de acordo com uma lógica de desenvolvimento regional no seu todo, sendo os seus financiamentos o reflexo das suas estratégias?

Para além de todas estas questões pensamos que é, ainda, fundamental a articulação e controle de todo este processo, no sentido de que a articulação e potenciação de cada factor regional se faça sentir a uma escala nacional. Deste modo, como se fará o controle de todo este processo, através de que mecanismos reguladores?

Pensamos que é este processo que terá que ficar bem explícito neste debate, pois para que possamos concretizar as intenções em cima definidas pelo programa do governo não basta realizar actividades esporádicas e que muitas vezes não se integram no contexto das diferentes regiões. Para a concretização de projectos não basta a promoção e o incentivo, é necessária uma clara política de operacionalização que motive e desperte os diferentes agentes desportivos para novas realidades e novas oportunidades de actuação.

Para que esta operacionalização se materialize será, no entanto, indispensável uma clara definição de competências que responsabilize e comprometa as diferentes entidades com um projecto que responda efectivamente às realidades e necessidades do nosso país e de cada região em particular, visando um desenvolvimento sustentado a longo prazo.

As políticas de financiamento desportivo não deverão, desta forma, ser um fim em si mesmo que respondam apenas a motivações instaladas e a anseios (por vezes desmedidos e não planeados), mas devem ser, claramente, um instrumento que poderá ser dotado de grande potencial ao serviço de estratégias e políticas de desenvolvimento desportivo.

Para que este processo seja uma realidade é importante conseguir uma interacção entre as diferentes estruturas desportivas (escolas, clubes, autarquias, federações, empresas, entre outros), contribuindo não apenas para o aumento da prática, ou crescimento do desporto, mas fundamentalmente para um desenvolvimento sustentado do sistema desportivo na sua globalidade. Se assim for, a saúde das organizações, integrada numa lógica de mercado terá certamente repercussões na qualidade dos serviços prestados e vice-versa.